

REINOS DE NEGROS NA IDADE MÉDIA: A ÁFRICA SUBSAARIANA NO MEDIEVO

Wellington Barbosa da Silva¹

Resumo

No recorte cronológico que se convencionou chamar “Idade Média”, a maioria dos estudos históricos se concentra na Europa. Regiões periféricas, como a África Negra, salvo as exceções que confirmam a regra, geralmente são pouco estudadas durante este período. O objetivo deste artigo é justamente diminuir um pouco essa distância entre a história da África e a Idade Média.

Palavras-chave: Idade Média, reinos africanos, história da África.

Abstract

Chronologically speaking in what is called “Middle Ages”, the majority of historical studies focuses on Europe. Peripheral regions such as sub-Saharan Africa, unless the exceptions that prove the rule, generally are poorly studied during this period. The purpose of this article is to alleviate this gap between the history of Africa and the Middle Ages.

Key words: Middle Age, African kingdoms, history of Africa.

De início, uma dupla constatação. A Idade Média, enquanto convenção historiográfica, fora uma criação da Europa. Mas, em contrapartida, a Europa, enquanto realidade e representação, fora gestada na Idade Média.² Esta íntima relação entre uma e outra, reforçada pelo eurocentrismo da mais tradicional periodização da História³, que utilizamos como um fio de Ariadne para percorrer os caminhos, quase sempre tortuosos e nebulosos, do Império de Clio, dá-nos até a falsa impressão de que o medieval foi um período exclusivamente europeu – com seus guerreiros, monges e servos convivendo entre castelos, mosteiros e plantações de cereais.

Todavia, sabemos que a Europa medieval não comportava o mundo – ainda que o mundo conhecido pelos europeus não avançasse muito além dos

¹ Professor Adjunto da UFRPE. Doutor em História / UFPE. wbarbosa@dlch.ufrpe.br

² Cf. LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

³ De fato, esta periodização (História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea) tem a Europa, ou pelo menos uma parte dela, como o seu centro. Em geral, os marcos iniciais e finais de cada período são definidos por acontecimentos que têm relação direta com o Velho Continente. O que faz com que a história da humanidade seja periodizada a partir da história de algumas nações européias: particularmente, França e Inglaterra. Decorrente disso, a história universal acaba se confundindo com a história da Europa.

seus limites geográficos. Em outras palavras, neste intervalo de tempo, o continente europeu não foi o único *locus* da História. Outros existiram. E se mostraram tão dinâmicos quanto o europeu. Por isso, tomando a periodização aqui citada como aceitável do ponto de vista didático, mesmo sabendo-se do grau de artificialidade e de etnocentrismo que ela carrega, o que pretendemos mostrar é que, para além das fronteiras européias, outros povos e outras sociedades pulsavam dentro deste recorte temporal que chamamos Idade Média.⁴ E, para isso, escolhemos a África. Mas não qualquer África. Não vou tratar aqui de importantes estados africanos como o Egito, Trípoli, Tunis e Argel – localizados na sua parte setentrional, ou seja, aquela porção do continente que, desde tempos muito recuados, manteve um constante intercâmbio comercial e cultural com o mundo mediterrânico. Trataremos aqui daquela que fica na outra margem do Saara: a chamada África Subsaariana. Ou, caso prefiram este epíteto, a África Negra.

1. A África e a História

A África, durante muito tempo, foi vista como uma região estéril, desfavorável ao surgimento de sociedades ditas civilizadas.⁵ A periodização da história, ainda prevalecente nos dias atuais, ajudou a sacramentar esta crença. Senão, vejamos. Nela, a Idade Antiga (e, por extensão, a História) principia com o aparecimento da escrita, um fato que está associado ao surgimento das primeiras civilizações da humanidade. Com efeito, a invenção da escrita foi de fundamental importância para que as sociedades atingissem um estágio mais avançado de organização, pois, o domínio da mesma permitiu-lhes a formação de uma estrutura burocrático-administrativa (algo essencial para a normatização das relações sociais e a gestão das atividades econômicas), a difusão das ideias e o dinamismo do corpo social. Todavia, a sua utilização como marco inicial de periodização histórica acabou criando uma hierarquização perversa, pois, colocou todas as sociedades ágrafas dentro daquele recorte cronológico que se convencionou chamar de Pré-História, o período da infância da humanidade.

⁴ No entanto, não seguiremos ao pé da letra os seus marcos divisórios tradicionais. Neste sentido, compartilhamos a cronologia esboçada para o período por Jérôme Baschet. Seguindo o caminho aberto por Jacques Le Goff, que propôs o conceito de uma longa Idade Média, ele defende a hipótese de que a sociedade medieval não ficou restrita aos quadros geográficos e cronológicos que geralmente lhes atribuem, ou seja, uma sociedade que tinha como limites físicos a Europa e que, temporalmente, se estagnou por volta do século XV – quando principiaram outros tempos, ditos modernos. Para ele, os Tempos Modernos, em vez de terem sido a eclosão de uma nova e “luminosa” época, distanciada da pretensa escuridão do período anterior, nada mais foram do que a fase final da Idade Média. BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano 1000 à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

⁵ Não devemos esquecer que o próprio conceito de civilização também é carregado de etnocentrismo. Como afirma Norbert Elias, “este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v.1, p. 23.

Compartilhando este mesmo *status* estariam, portanto, os povos da África Negra. Inclusive, foi justamente esta a conclusão a qual chegou Hegel, um dos mais importantes pensadores de fins do século XVIII e início do XIX. Na sua *Filosofia da História*, ele afirmou categoricamente que os povos desta região não tinham história, nem “movimentos históricos próprios” a mostrar, pois, todos eles estavam inseridos em uma “terra-criança que fica além da luz da história autoconsciente, encoberta pelo negro manto da noite”.⁶ Hoje sabemos, valendo-nos de uma expressão de Henri Moniot, que os “povos sem história” também têm história.⁷ O fato de muitas formações sociais africanas não terem desenvolvido a escrita não significa que elas viveram à margem dos domínios de Clio.

E, no tocante à escrita, ainda podemos argumentar que, de certa forma, ela foi uma invenção africana, pois, o Egito (ao lado da Mesopotâmia) nos legou os seus primeiros rudimentos. Aliás, como nos informa Henri Moniot, foi justamente graças aos seus textos escritos, que foram sendo lentamente decifrados, bem como às suas ruínas monumentais e, às vezes, seus laços de parentesco, de trocas e de herança com a Antiguidade Clássica que o Egito conseguiu ser admitido ao seleto círculo das “grandes civilizações”.⁸ Hegel admitia esses indícios de civilização no Egito. Mas havia uma explicação para isso. Para ele, a história universal teria principiado na Ásia. E depois de ter feito uma escala no Egito (visto com um espaço de “transição do espírito humano do Oriente para o Ocidente”), acabou desembocando na Europa – onde teria chegado ao apogeu. Consequentemente, o sul da Europa, a África setentrional (Marrocos, Fez, Argel, Tunis, Trípoli) e o Egito seriam partes diferentes de um mesmo espaço civilizacional, cujo elo era o mar Mediterrâneo. Portanto, segundo esta sua linha de raciocínio, o Egito não faria bem parte da África. Era uma extensão da Ásia. Era quase Europa. A África propriamente dita, na sua percepção, era separada do lado civilizado por um extenso e insuportável deserto, constituindo o espaço da barbárie e da selvageria – um espaço que não faria “parte da história mundial”, pois, não tinha “nenhum movimento ou desenvolvimento para mostrar, e o que porventura [tivesse] acontecido nela – melhor dizendo, no norte dela – [pertenceria] ao mundo asiático e ao europeu”.⁹

Cabe aqui ressaltar que Hegel não foi o único intelectual europeu (mas certamente foi o mais ilustre) a ver a África com estes olhos. Decerto que, diferente de Heródoto, os intelectuais europeus oitocentistas não pensavam

⁶ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 82, 83.

⁷ MONIOT, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

⁸ Idem, p. 100.

⁹ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. Op. cit., p. 88.

mais que esta parte do mundo era habitada por seres monstruosos, sem cabeças e de olho na barriga. Ou por cinocéfalos.¹⁰ Porém, seguindo a opinião de Hegel, também viam os povos africanos como imóveis e destituídos de história. Mas antes de nos indignarmos com essa (pretensa) falta de visão histórica, urge que procuremos entender o contexto no qual esses pensadores produziram suas obras e suas interpretações acerca do mundo conhecido. No século XIX, o fazer historiográfico se confundia com dois elementos. O primeiro deles, estava relacionado com a construção das trajetórias nacionais, ou seja, com a história como “biografia da nação”. De uma maneira factual e triunfalista, as narrativas históricas procuravam, então, traçar um “inventário cronológico” dos principais fatos políticos que permearam a construção dos Estados nacionais europeus. O segundo elemento, sob o signo das idéias evolucionistas, era a crença de que as sociedades européias seguiam céleres, numa marcha linear e evolutiva, rumo ao progresso tecnológico e civilizacional. Ora, na percepção dos pensadores oitocentistas, estes dois elementos (formação estatal e desenvolvimento técnico), não podiam ser encontrados na África Negra – ou, então, eram encontrados em estado larvar. Logo, não podia haver civilização naquele recorte geográfico. E muito menos história. Além do mais, devido aos rigores metodológicos da escola positivista (tão bem difundidos por Leopold von Ranke e seus seguidores), pesava a ideia de que o passado somente podia ser recomposto através da pesquisa em documentos escritos oficiais. No que a África, mostrava-se carente.

No fim das contas, para eles esta carência parecia ser mesmo o grande obstáculo. Como afirma Henri Moniot, mesmo entre os historiadores que não negavam por completo a possibilidade de se escrever uma história para os povos africanos, havia o sentimento de impossibilidade prática de realizar tal empreitada, justamente por conta da pretensa escassez documental. Afinal, pensavam eles, imersos nos limitados horizontes metodológicos da época, estes povos não possuíam sequer rudimentos de escrita e suas tradições orais, que se convertiam no único depositário da memória coletiva, eram consideradas indignas de credibilidade. Além disso, as observações feitas por estrangeiros, que podiam jogar um pouco de luz sobre a escuridão desse passado, eram raras e superficiais. No máximo, então, estes povos podiam ser estudados “no seu ‘presente etnográfico’, esse passado sempre presente que ainda se oferecia ao exame antes de desaparecer.”¹¹ Não obstante, como admite o mesmo autor, as constatações etnográficas somente permitiam a formulação de conjecturas – constituindo-se, assim, em um terreno bastante movediço para os historiadores de outrora. Por conta disso, a possibilidade de se produzir uma história dos povos da África negra perdia força e era logo engavetada.

¹⁰ HERÓDOTO. *História*. São Paulo: Ediouro, 2001, p. 544.

¹¹ MONIOT, Henri. *A história dos povos sem história*. Op. cit., p. 100.

Contudo, além do etnocentrismo e dos problemas que permeavam a construção do conhecimento historiográfico naquela época, estas reflexões sobre a África eram, acima de tudo, produto do desconhecimento. Ao contrário do que podiam pensar os intelectuais europeus, a África Negra desde cedo conviveu com a instituição por excelência das sociedades históricas: o Estado. Muitos povos africanos, é bem verdade, ainda possuíam uma organização política e social baseada em clãs – um estágio tribal, diriam alguns. Porém, a existência do que podemos chamar de “reinos”¹² nesta parte do mundo, séculos antes de qualquer contato mais efetivo com os europeus, não era algo nada incomum. Uns eram mais estruturados; outros, nem tanto. Era comum a existência de agrupamentos de Estados muito pequenos que compartilhavam uma língua e uma cultura comuns. Alguns desses agrupamentos se tornavam verdadeiros impérios – estendendo seus tentáculos em várias direções e subordinando outros reinos, menores ou isolados. É verdade, como afirma Roland Oliver, que nem todos os povos africanos tentaram fundar Estados. Muitos deles, principalmente aqueles que eram caçadores e coletores ou pastoralistas transumantes (povos que viviam se deslocando de um lugar para outro em busca de uma região que oferecesse melhores oportunidades de obtenção de alimentos ou melhores pastagens para os seus rebanhos), permaneceram alheios a qualquer formação estatal. E, mesmo ficando indefesos contra ataques regulares de seus vizinhos mais organizados e centralizados, continuaram fazendo parte de pequenas comunidades que eram formadas por laços de parentesco. “Entretanto”, como ressalta o mesmo autor, “a maior parte dos africanos aparentemente viveu em Estados desde os primórdios da Idade do Ferro, e esses Estados, em certo sentido, foram invariavelmente monarquias hereditárias.”¹³ Tratemos de alguns desses reinos africanos no medievo.

¹² Quando os europeus (particularmente, os portugueses) começaram a desbravar o Atlântico e a palmilhar o litoral africano, eles se depararam com povos dotados de uma organização político-administrativa bem complexa, cujas instituições se assemelhavam, senão na essência, pelo menos no formato, àquelas que existiam em seus países. Como os europeus não tinham outra maneira de compreender aquela nova realidade a não ser a partir do seu próprio universo cognitivo, essas semelhanças fizeram com que eles vissem tais instituições a partir dos seus próprios códigos e filtros culturais. E, projetando o seu mundo em outro contexto, passaram a designá-las com a terminologia que lhes era familiar. Dessa forma, muitos vocábulos que descreviam aspectos sócio-políticos da realidade europeia, acabaram sendo utilizados para descrever aspectos semelhantes da realidade africana. Um deles era a palavra *reino*. Este foi o termo utilizado pelos europeus para designar as chefias, normalmente organizadas em torno de instituições monárquicas, que eles encontraram na África. Tal palavra, assim utilizada, acabou sendo cristalizada pela historiografia. Por isso, mesmo correndo o risco de cairmos em anacronismo, por conta dessa transferência semântica, continuaremos a utilizar o termo *reino* para designar as sociedades politicamente organizadas que os europeus encontraram na África.

¹³ OLIVER, Roland. *A experiência africana: da Pré-História aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p. 166.

2. O reino do Gana

O primeiro reino africano que vamos tratar chamava-se Gana.¹⁴ Surgiu por volta do século IV, quando ainda não existia propriamente a Idade Média, mas aquilo que os historiadores convencionaram denominar de Antiguidade Tardia. O Império Romano, que parecia sempiterno, via seus pilares de sustentação, já carcomidos pela ação interna, ruírem diante do avanço dos povos germânicos. Sobre as suas ruínas iria emergir, no lento apagar-se dos séculos, outra sociedade. Enquanto o medievo europeu brotava por entre os escombros do Império Romano do Ocidente, o Gana foi ganhando seus contornos no Sudão.

Entre os séculos IX e X, ele atingiu sua fase mais próspera. Neste intervalo de tempo, enquanto o império carolíngio se esfacelava na Europa, sepultando o sonho de unidade imperial, e Oto I tentava reviver o sonho desfeito com a criação do Sacro Império Romano Germânico, o Gana consolidava o seu imenso território, que se estendia do limite sul do deserto do Saara até ao norte das duas curvas divergentes dos rios Níger e Senegal – situando-se em um território que, nos dias de hoje, compreende a porção oeste da República do Mali e o Sudeste da Mauritânia. Graças à sua privilegiada condição geográfica possuía também uma viçosa economia. Suas terras estavam localizadas entre dois grandes rios (o Níger e o Senegal), em uma situação que se assemelhava à da região onde se desenvolveram as civilizações mesopotâmicas. E estes infintos recursos fluviais permitiam-lhe a prática de atividades agrícolas e também a pecuária. Principalmente esta última, pois, o Gana também era conhecido como o Uagadu, ou seja, o país dos rebanhos. Mesmo a parte do seu território que fazia fronteira com o Saara, naquela imensa faixa denominada de Sahel,¹⁵ não era imprópria a estas atividades econômicas. Apesar de ser uma zona que se comunica com o deserto, uma zona limítrofe e intermediária entre o deserto e a savana, o Sahel sudanês daqueles tempos se caracterizava por possuir um clima bem mais úmido, que favorecia a criação de gado a até mesmo a agricultura – particularmente, o plantio de cereais. Com efeito, até o início do segundo milênio da era cristã a desertificação do Saara ainda não tinha chegado aos níveis atuais e a sua

¹⁴ O Gana, segundo Al Bakri, era o título dado aos soberanos. E significava algo semelhante a rei ou sultão. Com o tempo, este título acabaria designando o próprio país. Mas a evolução inversa também é uma hipótese que não pode ser descartada. Posteriormente, os soberanos ganenses passaram a ser designados pela palavra *tunka* – que, doravante, será a designação utilizada neste artigo.

¹⁵ De origem árabe, a palavra Sahel significa costa, margem, litoral. Como se fosse uma espécie de praia do deserto, suas fronteiras são bastante movediças, variando, de ano para ano, de acordo com o volume e a distribuição das chuvas. Quando o volume pluviométrico aumenta, suas estepes de vegetação espinhenta adiantam-se pelo deserto adentro; ao mesmo tempo, que perdem terreno para as savanas. Quando as chuvas são escassas, dá-se o contrário: o deserto avança para o Sul, engolindo o Sahel – que, por sua vez, também investe na mesma direção, tomando espaço às savanas.

margem fronteira ao Sudão estava localizada um pouco mais ao norte. O que garantia aos camponeses uma faixa de terreno agricultável bem mais ampla. Inclusive, como destaca Alberto da Costa e Silva, estas terras “são, ainda hoje, excelentes para os cereais, e os 300 a 1.000mm de chuvas que caem na maioria dos anos permitem a prática de agricultura não irrigada.”¹⁶

Awdaghost, um dos principais centros econômicos do Gana, por exemplo, estava localizada em um oásis na parte mais setentrional do reino, o Auker, na região fronteira ao deserto. Sua população, de maioria berbere¹⁷ islamizada, soube aproveitar as condições ecológicas da região, transformando-a em um verdadeiro celeiro de alimentos. A povoação era rodeada de hortas, onde abundavam pepinos, palmeiras e figueiras – que funcionavam como uma parede de proteção contra o calor causticante do deserto, tornando os dias mais agradáveis. Mas a pecuária, pelo que nos relatam os viajantes árabes, também era bastante desenvolvida – contribuindo decisivamente para a prosperidade do lugar. Por conta disso, como testemunhou o cronista cordovês Al Bakri, seus habitantes viviam “dasafogadamente e [possuíam] muitos bens.”¹⁸

Além disso, por estar situado entre duas zonas geográficas distintas, uma saariana (em contato com o Magreb¹⁹) e outra sudanesa, duas zonas de produções variadas, se não complementares, o Gana se beneficiava igualmente de uma intensa atividade comercial. O deserto, apesar de se apresentar como uma grande e inóspita barreira entre a África setentrional e o Sudão ocidental, não conseguiu barrar os passos lentos, mas constantes, dos camelos – que, passando de uma tribo nômade a outra, principiaram a espalhar-se pelo Saara nos três primeiros séculos da era cristã. Pouco a pouco, eles ajudaram os mercadores a vencerem a imensa faixa desértica do Saara e, encurtando distâncias, contribuíram para a aproximação das regiões sudanesa e mediterrânica. As mercadorias, de um e do outro lado, cruzavam o deserto em várias direções. Como escreveu Alberto da Costa e Silva, as caravanas de camelos fizeram no deserto, o que as caravelas fizeram no oceano: aproximaram mundos diferentes. Na realidade, no período aqui enfocado, a travessia do deserto, ligando o litoral mediterrânico da África e o Sudão ocidental, ainda era longa e penosa, consumindo cerca de dois meses em uma viagem que não deixava de ter um quê de aventura. Mas, graças aos camelos e ao espírito desbravador dos homens, o deserto passou a ser encarado apenas

¹⁶ SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, p. 249.

¹⁷ Berberes, cujo nome provém do latim *barbarus*, era o termo utilizado para designar os povos pastores e agricultores do Norte da África – entre a Líbia e o Magreb.

¹⁸ Apud KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra – I*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1999, p. 136.

¹⁹ Magreb, em árabe, significa o Ocidente. O seu território corresponde atualmente aos países da Argélia, Tunísia e Marrocos.

como uma pedra no meio do caminho. Uma pedra imensa, mas que podia ser contornada.

Os mercadores de origem árabe e os berberes traziam seus produtos (sal, cobre, perfumes, espadas, panos de algodão e outros artigos de luxo), faziam as transações necessárias e retornavam, pelo deserto adentro, com os seus camelos carregados de mercadorias variadas: goma, âmbar cinzento, pimenta malagueta, peles, marfim. E escravos. Sim, escravos. Ainda que perdure uma discussão nos meios acadêmicos acerca da difusão da escravatura na África (se os estados sudaneses eram “sociedades escravagistas” ou “sociedades com escravos”), não há dúvidas que a escravidão e o tráfico de pessoas escravizadas faziam parte do contexto africano desde longa data.²⁰ O escravo era uma mercadoria, mais uma, que compunha o diversificado rol de produtos comercializados. Contudo, além de serem vendidos para o norte da África e para o Oriente Médio, eles também eram apropriados internamente e utilizados das mais diferentes formas: como eununos, concubinas, artesãos, canoeiros etc. E, sobretudo, soldados. Na condição de estrangeiros, que não tinham lealdades locais ou de linhagem, os soldados-escravos compunham a força armada de soberanos tanto do Sudão quanto do Magreb.

Porém, em termos mercantis, o metal amarelo era o que dava notabilidade ao reino do Gana. Ibn Hawkal, um cronista árabe coevo que, nas suas andanças pelo mundo teria partido de Bagdá e alcançado as margens do rio Níger, escreveu que “o rei do Gana [era] o homem mais rico do mundo por causa do ouro”. Todavia, apesar de toda esta riqueza, os soberanos ganenses não controlavam as regiões produtoras do precioso minério. Estas ficavam localizadas mais ao sul, em Galam, Bambuque e mesmo Buré, fora do alcance do *tunka*. Chegavam ao reino por intermédio de mercadores chamados *Wangaras*. Mesmo assim, o *tunka* procurava se apossar, em uma espécie de monopólio, de todas as pepitas de ouro que passavam pelos seus domínios. Apenas o ouro em pó tinha livre circulação. Esta medida, segundo os cronistas coevos, tinha a função de evitar a desvalorização do precioso metal.

Independentemente dos produtos (ouro, resinas, escravos etc.) que exportava, o certo é que este vigoroso comércio era uma das suas principais fontes de tributação do reino. Efetivamente, como afirma Alberto da Costa e Silva, era da taxa sobre o comércio que o *tunka* obtinha os recursos necessários para manter o seu aparato burocrático-administrativo (onde se incluíam os gastos com um exército numeroso, que, embora não fosse permanente e profissional, podia chegar aos 200.000 combatentes em períodos de guerra – segundo as estimativas decerto exageradas dos cronistas) e a

²⁰ Este tráfico não era uma rua de mão única. Escravos de várias origens (turcos, árabes e abissínios) vendidos pelos árabes, mesmo que em pequenas quantidades, estavam presentes nas cortes das formações estatais sudanesas, onde eram empregados, sobretudo, como eunucos, cantoras e concubinas.

suntuosidade que cercava o cotidiano da corte. Mas também para garantir os gastos com as práticas redistributivas durante as épocas de flagelo naturais ou de más colheitas, ocasiões em que o *tunka* abria os seus celeiros para mitigar a fome de seus súditos (é o que Joseph Ki-Zerbo chama de “paternalismo de benevolência”) ou durante as grandes festividades, que garantiam a legitimação do poder real perante as comunidades. Bem como para o financiamento de práticas políticas que permitiam a formação e a manutenção de alianças com os reinos periféricos – pequenos reinos que, em maior ou menor grau, estavam sob a sua dependência.²¹

Al Bakri deixou-nos um relato carregado de admiração sobre a sua corte:

“O rei [...] usa na cabeça uma espécie de chapéus pontiagudos, altos, semeados de ouro, em volta dos quais enrola um turbante de tecido de algodão muito fino. Concede audiência e recebe as queixas sob um pátio. À volta aguardam dez cavalos ajaezados de estofos de ouro. Por trás dele encontram-se dez pajens com escudos de couro e espadas. Estão soberbamente vestidos e usam o cabelo entrançado com fios de ouro”.²²

A riqueza e a ostentação da corte do Gana pode ser apreendida a partir de outro relato em língua árabe, que nos foi legado por Mahmud Kati, um historiador de Tombuctu. No seu *Tarikh el-Fettach* (Crônica do Buscador), ele escreve que, nas cavalariaças reais, cada um dos mil cavalos existentes só se deitava em cima da sua própria esteira. E tinham à sua disposição um corpo de serviçais que beirava o exagero. Segundo ele, cada cavalo dispunha de uma bacia de cobre para urinar e “*tinha junto de si três pessoas ao seu serviço: uma para o alimentar, outra para lhe dar de beber e a terceira para a urina e as dejectões.*” Além disso, todas as noites o palácio real era animado por banquetes grandiosos. Nestas ocasiões, “do alto do seu trono de ouro vermelho, rodeado de numerosos criados com archotes, o soberano contemplava dez mil dos seus súditos, convidados a jantar no palácio.”²³

Cosmopolita, o apogeu deste reino foi construído, é verdade, com uma forte contribuição arábico-muçulmana. Como reflexo desta influência, a capital do reino, Kumbi Saleh, era dividida em duas cidades distintas, mas complementares. O espaço que as separava era ocupado por muitas habitações, feitas de pedra e madeira de acácia. Uma destas aglomerações, situada na planície, era essencialmente muçulmana. Sua população, ainda segundo Al Bakri, era formada por mercadores arábico-berberes, jurisperitos e homens cheios de erudição. E contava com 12 mesquitas para realizarem suas liturgias diárias. A outra, situada a seis milhas da sua extensão muçulmana, era a sede efetiva do reino. Era rodeada de bosques sagrados, aonde era proibida a entrada

²¹ SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança*. Op. cit., p. 266.

²² *Apud* KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Op. cit., p. 138.

²³ Idem, p. 139.

de pessoas comuns. A desobediência era punida com a pena de morte. Este cinturão de matas, que servia de morada para uma importante casta de sacerdotes e de necrópole para os *tunkas*, fez com que os muçulmanos chamassem a cidade da realeza de *El Ghaba* (a floresta). Apesar do *tunka* e da população continuar praticando suas antigas crenças e cultuando seus deuses ancestrais, nesta “outra” cidade também havia uma mesquita para uso dos funcionários mais graduados que professavam a religião do profeta Maomé. Esta tolerância com o maometanismo explica-se, em parte, pela grande dependência que a máquina burocrático-administrativa do reino tinha em relação aos islamitas. De fato, os intérpretes, o tesoureiro e a maioria dos ministros que compunham o conselho real eram escolhidos entre eles, cuja competência técnica e administrativa os habilitava para o exercício de tais cargos.

Por volta do século XI inicia-se a derrocada deste reino. Contribuiu decisivamente para isso as convulsões causadas pelas arremetidas dos *Al Morabetin*, mais conhecidos como os almorávidas. O movimento almorávida surgira como uma tentativa de depuração do islamismo que era praticado pelos berberes da costa atlântica da Mauritânia – cuja doutrina, aos olhos dos muçulmanos ortodoxos, não era seguida em sua plenitude, pois estava contaminada pelas antigas crenças locais. Com a proposta de ensinar-lhes os preceitos da “verdadeira fé”, foi-lhes enviado um letrado de Sidgilmasa,²⁴ Abdallah Ibn Yacine, que tentou (re)convertê-los primeiro com o uso da palavra. No entanto, a sua rigorosa forma de catequese, impondo a adoção de preceitos ascéticos, (em particular, a que estipulava o número máximo de esposas), atizou a resistência dos berberes – que queimaram sua casa e expulsaram-no da região. Ibn Yacine concluiu, então, que a única conversão possível era a da espada. Apoiado por dois (re)convertidos, Yaya Ibn Omar e seu irmão Abu Bakr, que seguiram seus passos no desterro, ele se refugiou em algum lugar da costa atlântica e, de pregação em pregação, conseguiu reunir em torno de si um exército de fervorosos seguidores: os *Al Morabetin*. Então, com o poder de persuasão aumentado por esses soldados da fé, ele desfechou uma *jiha*d contra os berberes ao Sul do Saara. E de outros lugares. De fato, sua investida não ficou restrita ao Sudão, ganhando a África setentrional e, daí, se expandindo pela Península Ibérica. Em 1083, seus guerreiros conquistaram Ceuta e o Estreito de Gibraltar. Onze anos mais tarde, depois de três guerras santas desfechadas contra a Espanha, eles transformaram toda a parte muçulmana da península em um reduto almorávida. Nesta fase áurea, o seu império se estendia do Ebro ao Sahel – ligando Europa e África.

Para o sul, a arremetida almorávida estancou diante do Gana. Mesmo que não fosse capaz de desbaratar as tropas muçulmanas, o exército ganense

²⁴ Esta cidade, importante terminal das rotas de comércio transaarianas, foi edificada a partir do século VIII, ao sul de Marrocos.

era forte o suficiente para barra-lhes os passos. Aliás, estes dois reinos tinham entre si uma relação ambígua, que ia do confronto à aliança, dependendo das circunstâncias. Mesmo que sua capital, Kumbi Saleh, nunca tenha sido tomada pelos almorávidas (e nisso, apesar da escassez documental, há quem afirme o contrário), nem tampouco se curvado diante da espada do islamismo, a este acabou se convertendo no início do século XII. Mas conservou a sua independência. E também certo esplendor. Por volta de 1154, Al Idrisi, um geógrafo e viajante árabe, natural de Ceuta, ainda descreveu o Gana “como o maior e o mais populoso dos países do Sudão e aquele com mais amplo volume de comércio”.²⁵ No entanto, a solidez do império já não era mais a mesma dos velhos tempos. Diante das investidas dos almorávidas, muitos povos refratários à nova crença preferiram emigrar ainda mais para o Sul. Ou para outras plagas. Além da resistência cultural, esta fuga também foi motivada pelo empobrecimento da região. Dois fatores contribuíram em parte para esse empobrecimento. Um deles fora a diminuição dos lucros advindos com o comércio, que se encontrava tolhido pela insegurança que rondava as rotas caravaneiras. O outro fora o dessecamento do Sahel e a consequente secagem dos poços, resultando no paulatino abandono das culturas ligadas à pecuária e à agricultura. Em busca de segurança de outrora, os mercadores passaram a evitar o Gana, desviando suas caravanas para Tombuctu, Gao e Jena – cidades de grande trânsito comercial que, posteriormente, integrarão outro poderoso reino africano. Um a um, os reinos subordinados vão cortando os laços de dependência com o Gana. Entre eles, o reino do Sosso, cujo soberano, Sumaoro Kanté, no início do século XIII, ataca e saqueia Kumbi Saleh. A partir daí, o Gana passou a gravitar na órbita deste reino. E, mais tarde, será englobado por um outro poderoso reino medieval africano: o Mali.

3. O reino do Mali

Este reino, de certa maneira, vai ser o continuador da obra ganense. Mas, por esta época ainda era um reino modesto. Embora fosse potencialmente rico. Suas terras estavam localizadas em um região estratégica: uma fértil extensão ribeirinha, que controlava o acesso às regiões auríferas que fizeram a riqueza do Gana. Por isso, quando Sumaoro Kanté tomou militarmente Kumbi Saleh, se impondo como poder hegemônico no Sudão, tratou logo de ocupar também o Mali, que era a porta de entrada para os sedutores campos auríferos: o Dyara, o Bakunu, o Bumbu e a região do Buré.

Contudo, o Mali não ficou sob o seu domínio por muito tempo. Um dos seus príncipes, Sundjata, ou Mari Djata (o “leão do Mali”), foi a sua grande pedra no meio do caminho. Mesmo sofrendo alguns sérios reveses no campo de batalha, este príncipe que ficara sem andar até os sete anos de idade, conseguiu opor uma renitente resistência ao reino do Sosso. E, por volta de 1230, quando os cristãos ainda cultivavam a esperança de retomar Jerusalém

²⁵ Apud SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança*. Op. cit., p. 272.

das mãos do infiéis (alguns anos mais tarde, o rei da França, Luís IX, se lançaria à Sétima Cruzada), ele finalmente conseguiu desbaratar as tropas de Sumaoro Kanté, na batalha de Kirina – criando, dessa forma, as bases para a construção de uma nova hegemonia política no Sudão.

O reino que emergiu desse conflito também se estendeu por um vasto território – que, além da anexação do próprio reino do Sosso e das suas dependências, englobava as províncias extremo-ocidentais do antigo império do Gana. Na sua fase áurea estima-se que cerca de quatrocentas vilas e cidades se espalhavam pelas suas terras. Um território tão extenso que, segundo o relato de cronistas árabes, demorava-se um ano para ser percorrido a pé. Hoje, se suas fronteiras tivessem vencido o tempo e as querelas com os povos limítrofes, seu território abarcaria uma região formada por trechos consideráveis dos seguintes países: Senegal, Mauritânia, Gâmbia, Guiné Bissau, Guiné Conacri, Mali, Burkina Faso, Níger e Nigéria.

Os soberanos do Mali também tinham no comércio a sua principal fonte de receitas. Os impostos que eles faziam incidir sobre as colheitas e o gado, bem como a requisição de pepitas de ouro, as taxas aduaneiras e os despojos de guerra garantiam o funcionamento da sua máquina burocrático-administrativa. E também das liturgias ligadas à manutenção e expansão do poder político. Entre os despojos de guerra, vinham os escravos. Estes escravos, além de serem comercializados, eram utilizados das mais diferentes formas. Existiam aqueles que trabalhavam para senhores pobres e que, com o correr do tempo, acabavam sendo incorporados à família do proprietário, através do casamento. Havia os que lavravam as terras da nobreza e de altos funcionários, sem nenhuma esperança de inserção familiar. Sem contar outros tantos que trabalhavam nas vastas plantações do *mansa*. Mas também existiam muitos que se tornavam importantes funcionários da corte. Na condição de estrangeiros, que não possuíam laços com as famílias da nobreza e estavam vinculados apenas ao seu proprietário, eles reuniam as condições necessárias para preencher os cargos políticos de absoluta confiança dos soberanos. E, em momentos de crise, podiam até mesmo assumir a função de *mansa*. Foi o que aconteceu com Sakura, um antigo escravo da família real, que, em 1285, após a morte do *mansa* Abubakar I, aproveitou-se das dificuldades de sucessão para usurpar o trono. Grande guerreiro e estrategista político, ele alargou ainda mais os limites do reino com suas conquistas militares. E trouxe-lhe novas possibilidades de lucro. Morreu no alvorecer do século XIV, na costa da Tripolitânia (região histórica da Líbia), quando regressava de uma peregrinação a Meca. Sim, desde longa data, o Mali era um reino islamizado.

Apesar de terem abraçado desde cedo a religião do profeta Maomé, os soberanos do Mali (a exemplo dos ganenses) se caracterizaram pela tolerância religiosa. Não há registros de que nenhum deles tenha promovido uma guerra santa contra os povos vizinhos. Porém, mais do que desinteresse na expansão da fé, a política de boa vizinhança se explicava decerto por razões econômicas.

Como afirma Alberto da Costa e Silva, a extensão e a diversidade político-cultural dos territórios que lhes pagavam tributo e forneciam soldados, onde se incluíam desde reinos e cidades-estado a aldeias que obedeciam a conselhos de anciãos, exigiam dos *mansas* “uma ampla tolerância para com as peculiaridades da cada parcela do império e vetavam, por isso mesmo, uma política de forçada islamização”.²⁶ O proselitismo religioso era feito de forma pacífica pelos seus mercadores – que, entre suas valiosas mercadorias, levavam também os ensinamentos do Alcorão. E, dessa maneira, ajudavam a disseminar a nova crença por todo o império.

A fé muçulmana, assim disseminada, parecia inabalável aos olhos de observadores menos atentos, pois, aparentemente havia uma obediência cega aos ensinamentos dos textos sagrados. De acordo com os relatos dos cronistas, na hora das preces costumeiras uma multidão se encaminhava para as mesquitas, lotando-as a tal ponto que os fiéis retardatários eram obrigados a fazer suas preces do lado de fora. Festas importantes do calendário muçulmano, como o Ramadã, eram realizadas com pompa e júbilo. E a preocupação dos pais para que as suas crianças aprendessem o alcorão seria tão forte que eles não hesitavam em pô-las a ferros para garantir tal aprendizado. No entanto, em muitos aspectos, o islamismo que eles professavam passava ao largo da ortodoxia desejada por Maomé. Na verdade, era um islamismo multiforme, híbrido – cujos preceitos, apropriados e ressignificados pelos malianos, conviviam lado a lado com antigas simbologias e práticas religiosas (como os feitiços e outras receitas mágicas). E com práticas sociais, tão arraigadas na memória coletiva, que teimavam em desaparecer, em se tornar coisa do passado. Estes resquícios pagãos escandalizavam os ulemás²⁷ e jurisconsultos mais ortodoxos, que defendiam com a palavra e a espada o “bom islamismo”. A massa de camponeses, ao que tudo indica, era a parcela da população mais refratária à mudança de religião. Uma resistência cultural que o *mansa* tolerava, desde, é lógico, que eles não deixassem de pagar os tributos regularmente e nem de prestar-lhe irrestrita obediência. No entanto, a persistência dos antigos ritos e crenças espalhava-se por toda a sociedade. Inclusive, permeava também o cotidiano dos soberanos.

Entre outros “desvios da fé”, os muçulmanos do Mali (a exemplo dos berberes que se revoltaram com a ascética catequese de Ibn Yacine) ignoravam frequentemente a interdição alcorânica de ter mais de quatro mulheres. Kanku Mussa, um dos mais célebres soberanos malianos, era um dos que se recusavam a desposar “apenas” esta quantidade de mulheres. Uma resistência

²⁶ SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança*. Op. cit., p. 312.

²⁷ Palavra derivada do árabe *ulaman* que é plural de *alim*, “sábio letrado”. Os ulemás são juristas e teólogos da religião muçulmana, especialistas em ciências religiosas e vistos como árbitros da *charia*, o direito islâmico.

semelhante também se deu, a partir de finais do século XIX, entre os africanos que se converteram ao catolicismo. E, neste caso, talvez de forma mais acirrada. Afinal de contas, o catolicismo é, neste aspecto, uma religião ainda mais intolerante, pois, exige nada mais, nada menos que os seus fiéis sejam monogâmicos. Não foi à toa que a imposição deste preceito era um dos entraves que mais dificultava a aceitação *in totum* da nova religião. É que, nas sociedades africanas, a mulher tinha funções bem utilitárias. Ela tanto era uma trabalhadora e geradora de trabalhadores suplementares para os seus esposos quanto um bem de permuta, servindo, pela sua aquisição através do casamento, para consolidar as relações sociais. Sendo assim, a extensão da rede de solidariedades tecida pelos casamentos podia contribuir, no caso dos reis e da nobreza, para a realização de alianças políticas com outros reinos e reforçar lealdades locais. Nos grandes reinos, como o *Mwenwmutapa*, os soberanos chegavam a desposar de duas a três mil mulheres.²⁸ No caso das pessoas pobres, servia para a obtenção de um maior número de crianças e dependentes disponíveis para o trabalho. Eis os motivos da resistência à delimitação do número de mulheres que poderiam ser desposadas por um único homem.

Alguns soberanos malianos se distinguiram pelo espírito desbravador. Um deles, Abubakar I (ou Muhamed, segundo outras fontes), recusando-se a aceitar que o oceano Atlântico fosse infinito, tentou encontrar a sua outra margem. No alvorecer do século XIV, muito antes que os portugueses se aventurassem pela costa atlântica em busca de um caminho marítimo para as Índias, ele preparou uma frota composta por 200 canoas carregadas de água e mantimentos e a lançou numa temerosa viagem de exploração oceânica. O resultado foi catastrófico. Sem contar com recursos náuticos que facilitariam a empreitada, como a bússola e um leme mais eficiente, e desprovidas de flutuadores que poderiam lhes dar mais estabilidade durante a travessia (como aqueles que os indonésios utilizavam em suas embarcações), apenas uma das canoas enviadas voltou para contar a história: todas as outras tinham sucumbido nas águas revoltas do Atlântico. Abubakar, no entanto, não desistiu. E mandou preparar outra expedição, dez vezes maior que a primeira. Consta-se que ele próprio partiu em uma das suas rústicas embarcações. Porém, todas as 2.000 canoas desta nova expedição tiveram o mesmo destino trágico. Nenhuma delas retornou ao ponto de partida. E Abubakar, se nos fiarmos na tradição, ganhou o Atlântico como sepultura – desaparecendo junto com o seu renitente desejo de saber o que existia na outra margem do grande oceano. O que abriu caminho, como foi salientado anteriormente, para a ascensão de Sakura, o escravo que virou *mansa*.

O Mali, por conta de suas riquezas, se fez reconhecido em outras plagas, algumas bem longínquas. Mahmud Kati chegou a incluir Kanku Mussa

²⁸ OLIVER, Roland. Op. cit., p. 167. *Mwenwmutapa*, ou *Monomotapa*, na forma aportuguesada, foi um antigo império da África oriental, no atual Zimbábue.

(que sucedeu o renitente Abubakar II) entre os quatro maiores sultões do mundo árabe, colocando-o lado a lado com os sultões de Bagdá, do Cairo e do Bornu. As suas embaixadas cruzavam o deserto e estabeleciam contatos corriqueiros com os sultões do Magreb e do Cairo. E vice-versa. Chegaram mesmo à Península Ibérica, onde entabularam relações políticas com o rei D. João II de Portugal. Em meados do século XIV, o nome do império já constava em cartas geográficas europeias. Como no mapa do mundo elaborado por Ângelo Dulcert, de 1339. Neste, podia-se ver um caminho que atravessava o deserto e levava ao rei das minas de ouro: o *rex melli*. Ou no atlas catalão de Abraão Cresques, de 1375, elaborado para o rei da França, Carlos V, o Sábio, onde se via nitidamente o nome da sua capital: *Ciutat de Melli*. Neste último, inclusive, o *mansa* aparece vestido segundo os moldes europeus, com cetro, coroa e segurando em uma das mãos um pequeno globo ou pepita de ouro. Ao seu lado, uma legenda o reputa como o mais rico e o mais nobre senhor dos negros de Guiné. E de terras onde havia abundância de ouro.

Colaborou para isso a adoção de certas estratégias de marketing político.²⁹ Em 1324, por exemplo, Kanku Mussa fez uma aparatosa peregrinação à cidade de Meca. Porém, tanto nesse caso quanto em outros posteriores, mais do que o cumprimento de uma obrigação religiosa, cuja realização compete a todo muçulmano que tiver condições físicas e materiais para fazê-la, as peregrinações tinham sobretudo uma formalidade política. Sem contar a perspectiva comercial. Acompanhado de uma comitiva que, segundo alguns cronistas, era formada por cerca de 60.000 pessoas (das quais 10.000 eram escravos) e um sem-número de mulas, Kanku Mussa cruzou o deserto na direção da cidade sagrada Além de todo o aparato necessário a uma longa viagem por regiões inóspitas, sua caravana carregava algo próximo de duas toneladas de ouro sob a forma de barras ou em pó. E, durante toda a viagem, demonstrou sua magnânima bondade, distribuindo de mão cheia dádivas em ouro para as pessoas que exerciam funções sultânicas e fazendo a festa dos mercadores da cidade e de beira de estrada – que, passando por cima das afinidades religiosas, resolveram extorquir os seus irmãos de fé, elevando a cinco ou até dez vezes os preços das mercadorias que vendiam aos malianos.

As liberalidades de Kanku Mussa teriam sido de tal monta que, durante vários anos, o valor do ouro se desvalorizou em relação à prata. Mas acabaram também exaurindo as reservas que ele tinha levado consigo. Os elevados gastos com dádivas e esmolas fizeram com que o *mansa* ficasse sem numerário para custear a viagem de regresso. E, nessas condições, se viu na obrigação de contrair um empréstimo com um abastado mercador de Alexandria para que o

²⁹ Aqui, concordamos com José Nivaldo Júnior, para quem o marketing político (enquanto “conjunto de atividades que visa a conquista, a manutenção e a expansão do poder”) já era praticado “há muito tempo, só que sem este ou qualquer outro rótulo unificador”. Cf. NIVALDO JÚNIOR, José. *Maquiavel, o Poder – História e Marketing*. Recife: Makplan, 1991, p. 21, 22.

seu prestígio não virasse poeira. Contudo, a dispendiosa viagem também trouxe consequências positivas. Além de colocar, literalmente, o Mali no mapa, a peregrinação de Kanku Mussa serviu também para que ele confirmasse sua autoridade sobre regiões periféricas do seu império, fortalecendo, assim, os laços de subordinação com os reinos vassalos.³⁰ Há que se salientar que tanto no Mali quanto em outros reinos africanos, deste e de outros períodos, as fronteiras eram muito movediças e o rei geralmente reivindicava soberania sobre regiões que nem sempre a aceitavam de bom grado. Na realidade, a extensão do seu poder dependia da manutenção de alianças com os outros chefes locais, igualmente poderosos em suas regiões. E que, de acordo com as circunstâncias, estavam quase sempre prontos para desfazerem tais laços de subordinação. Portanto, era necessário sempre reforçá-los. Por isso, em seu regresso Kanku Mussa fez questão de passar novamente por Tombuctu e por Gao: dois importantes entrepostos comerciais que existiam nas fímbrias do seu reino. Esta última cidade tinha sido conquistada, por um de seus generais, Sagaman-Dir, enquanto ele fazia a sua peregrinação. Evidenciou-se, na ocasião, uma prática corriqueira de “fortalecimento” das alianças políticas: o soberano, Dia Assiboi, lhe entregou dois dos seus filhos como reféns, os jovens Ali Kolen e Suleiman Nar. Esta prática se revelava duplamente proveitosa para o soberano que ficava com os reféns. Por um lado, ele garantia a estrita obediência dos pais, que, em nome da segurança dos filhos, ficavam de pés e mãos atadas – evitando, assim, se meterem em atos de insubordinação. Por outro lado, ele também podia educar os jovens reféns dentro dos seus próprios padrões culturais. E, dessa forma, quando eles voltassem para sua terra natal, teriam assimilado uma outra cultura: a dos dominantes.

A ocupação de Gao foi passageira, estendendo-se por pouco mais de uma década. Em 1337, os dois filhos de Dia Assiboi, que viviam como reféns na corte do *mansa*, conseguiram fugir do seu “hóspede” e cortar os laços de subordinação com o Mali. Um deles, Ali Kolen, fundou a dinastia dos Sonnis. Esta dinastia marcou a gênese do terceiro e último reino que vamos tratar neste artigo: o Songai.

4. O reino do Songai

O período de autonomia criado pelos dois irmãos fugitivos também foi breve, pois, Sakura, o escravo que havia usurpado o trono se tornando *mansa*, acabou devolvendo o Songai à esfera do Mali. A independência efetiva, ponto

³⁰ Além de expediente político para estabelecer um diálogo mais intenso com os estados muçulmanos do outro lado do Saara, esta viagem serviria para ampliar seu prestígio entre os islamitas do seu reino e também entre os seus próprios súditos, pois, como lembra Alberto da Costa e Silva, tanto uns quanto outros acreditavam que a estada do *mansa* em Meca fortalecia o *baraca*, ou seja, “o poder propiciatório do rei, sua capacidade de influir favoravelmente sobre a terra e sobre o clima, sobre as colheitas e sobre o gado, sobre a fertilidade das mulheres e o bem-estar do povo.” Cf. SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança*. Op. cit., p. 305. Neste caso, maometismo e “paganismo” se complementavam.

de partida para a expansão e consolidação do reino, somente ocorreu na segunda metade do século XV, quando Sonni Ali (1464-1492) varreu a dominação maliana e, depois de sucessivas guerras de conquista, assumiu a hegemonia da região. Este conquistador, cognominado *Dâli* (o Altíssimo), foi o verdadeiro construtor do império Songai. Morreu em 1492, no mesmo ano em que Colombo, vencendo todo tipo de dificuldades na sua longa viagem pelo Atlântico, chegou às fímbrias do Novo Mundo.

Por essa época, o Songai já era um reino islamizado. Sua conversão ao Islã teria ocorrido ainda por volta da primeira década do ano mil – num período em que a sociedade européia medieval dava os primeiros passos na direção de um novo reordenamento econômico, muito bem trabalhado por Georges Duby em uma das suas clássicas obras.³¹ Reza a tradição que Diá Kossou, o soberano que havia fixado a capital do império em Gao, foi o primeiro dinasta a se converter ao islamismo. Porém, a despeito de quem o abraçou primeiro, o fato é que o islamismo rapidamente se difundiu entre as classes dirigentes de Gao. Não obstante, a conversão dos songais nem sempre foi movida pela fé. É bem verdade que muitos se converteram de corpo e alma à nova religião. Muitos outros, porém, o fizeram de forma superficial ou por simples conveniência comercial. Os mercadores que cruzavam o deserto de um lado ao outro, garantindo as trocas mercantis, eram em sua maioria muçulmanos. De forma que a conversão ao maometismo acabava facilitando as transações comerciais.

Independente disso, ou, talvez, justamente por isso, o maometismo ganhou solidez entre a realeza. A ponto do próprio soberano, no momento de sua entronização, receber como insígnias reais um selo, uma espada e um alcorão. Contudo, os vestígios das religiosidades ancestrais persistiam, não tinham sido apagados por completo.³² Em 1493, logo após a morte de Sonni Ali, evidenciou-se um princípio de apostasia no Songai. Sonni Bakari, que o havia sucedido no trono, resolveu renunciar aos ensinamentos do profeta Maomé e retomar as antigas crenças. Mohammed Torodo, um muçulmano convicto, então governador da província de Hombori, se insurgiu contra a atitude do novo soberano. Com a ajuda dos ulemás, ele deu um golpe de estado, assumindo o nome de Askia Mohammed. Teve início, a partir do seu governo, um período de fundamentalismo religioso – que, entre outras coisas, proibia, sob pena de prisão, que os homens conversassem à noite com mulheres

³¹ DUBY, Georges. *Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu, séc. VII-XII*. Lisboa: Estampa, 1993.

³² O próprio Sonni Ali não era um fiel que primava pela ortodoxia. Tinha, inclusive, o costume de adiar para a noite ou para o dia seguinte as cinco preces obrigatórias que todo islamita deve fazer diariamente. E, quando se dispunha a fazê-las, para escândalo dos marabus, “limitava-se a sentar-se e a esboçar vários gestos, mencionando as diferentes preces. Depois disso, dirigindo-se às suas próprias preces como se pessoas fossem, dizia-lhes: ‘Agora reparti tudo isto entre vós, pois vos conheceis bem umas às outras...’.” Cf. KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Op. cit., p. 183.

que não fossem suas parentes. Uma espécie de polícia dos costumes, que devia agir de “maneira secreta e invisível”, para melhor controle dos transgressores, ficava encarregada de exercer, dia e noite, uma vigilância puritana sobre as pessoas que transitavam pelo reino.

Três anos depois de assumir o trono, o *askia* fez uma peregrinação a Meca. Não foi uma peregrinação tão suntuosa quanto a de Kanku Mussa. Mesmo assim, foi grandiosa o suficiente para reviver um pouco a viagem deste último. Mohammed ia acompanhado por quinhentos cavaleiros e mil homens a pé. Levava consigo cerca de 300.000 peças de ouro, para ostentação e afirmação de alianças. No entanto, mais do que estabelecer acordos políticos e econômicos, a sua viagem teria um objetivo mais pessoal: o de fazer com que o seu reinado ganhasse legitimidade perante o mundo islâmico, posto que ele tivesse ascendido ao trono depois de um golpe de estado. Parece que as palavras de contestação das filhas de Sonni Ali, que o viam como um usurpador, de certa maneira incomodaram o *askia*.³³ Se isto, de certa maneira, o preocupava, esta viagem trouxe-lhe o lenitivo desejado. No regresso para casa, ele trouxe na bagagem a “confirmação do seu título de califa para o Sudão: *Khalifatu biladi al-Tekrur*.”³⁴

Diferentemente dos malianos, que não promoveram *jihads* para a expansão do islamismo, o Askia Mohammed resolveu difundir a nova fé através da espada. Ao retornar de Meca, lançou-se em guerras de proselitismo islâmico. Mas este apelo à guerra santa durou pouco. Posteriormente, as conquistas que ele promoveu (como a anexação das cidades-estado hauçás e de Agades, transformada no posto avançado do seu reino no deserto) tiveram um objetivo bem profano: a expansão do território e o aumento da arrecadação de tributos. Colaborou para o sucesso dessas campanhas militares, uma importante medida de cunho administrativo: a profissionalização do exército. Esta medida, além de melhorar a qualidade dos guerreiros, acabou fazendo com que os homens em idade produtiva, que constantemente eram recrutados para o esforço bélico, fossem liberados para a produção agrícola, artesanal e comercial.

Politicamente, o Songai possuía uma organização mais elaborada do que a do Mali. Uma equipe de altos funcionários (governadores ou ministros) partilhava com o soberano a responsabilidade de administrar as várias partes do reino. No entanto, a descentralização do império era apenas aparente, pois a organização administrativa primava pela rigidez. Os principais cargos da burocracia estatal eram preenchidos por obra e graça do soberano. Os cargos de

³³ *Askia*, na língua songai, significava “Não é ele! Não o será!”. Esta foi, segundo a tradição, a expressão utilizada pelas inconformadas filhas de Sonni Ali, quando souberam que Mohammed Torodo havia dado o golpe de estado. No entanto, Torodo acabou transformando estas palavras de contestação no seu título dinástico.

³⁴ KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Op. cit., p. 185.

ministros e governadores, por exemplo, não eram hereditários. E, da mesma forma que eram nomeados pelo *askia*, podiam ser afastados quando assim fosse de sua vontade.

Do ponto de vista econômico, as atividades agropastoris eram bem desenvolvidas. Grande parte da produção agrícola do reino provinha das plantações do *askia*, que se distribuíam por todos os seus domínios. E dos estabelecimentos (geralmente absenteístas) da aristocracia e dos marabus.³⁵ Nelas, uma numerosa escravaria se dedicava ao cultivo de cereais (principalmente, o arroz) e à criação de animais (cabras e bois). Tudo sob a supervisão de feitores, os *fanfas*, que também eram escravos. Estes tinham a obrigação de entregar anualmente aos senhores (fosse o *askia*, os nobres ou os marabus) uma parte do que era produzido. No seu *Tarikh el-Fettach*, Mahmud Kati fala, inclusive, de “vinte e quatro tribos” que estavam submetidas a uma escravatura coletiva a serviço do soberano songai.³⁶ Estas tribos, localizadas na região mais fértil do reino, ao longo do território correspondente à curva do Níger, tinham funções específicas (algumas se dedicavam a cortar capim para os cavalos do *askia* e outras ao serviço doméstico, à metalurgia do ferro, a atividades pesqueiras e de construção de pirogas etc.).

Os camponeses livres também não eram isentos da exação fiscal. Mas, a crermos nos relatos dos historiadores da época, a tributação não oprimia tanto o campesinato, pois, os agentes imperiais do fisco nunca pediam mais de trinta medidas de grão, o equivalente a mais ou menos 120 litros, mesmo quando os camponeses podiam fornecer bem mais do que isso. O excedente ficava de posse dos produtores, fossem eles livres ou escravos. Aos *fanfas*, por exemplo, era-lhes permitido guardar o excedente para si e ficarem ricos. Com isso, podiam adquirir cavalos, vacas e até mesmo escravos. Afinal de contas, em grande parte da África, a posse de escravos era o modo por excelência de acumular riqueza. Além dos tributos que incidiam sobre a produção agropecuária e aqueles que eram pagos pelos reinos vassalos, a tributação sobre o intenso comércio que movimentava suas principais cidades, algo comum nos três reinos aqui estudados e em muitos outros da realidade africana, constituía-se em mais uma importante fonte de receita para o Songai.

Os songais também tinham o ouro como moeda de troca basilar. Com o metal amarelo, eles adquiriam artigos de luxo, para o deleite e ostentação dos aristocratas (tecidos finos, vidro, perfumes, cavalos). Os comerciantes do Magreb, do Levante e da Europa eram os seus fornecedores. E também seus bons compradores. Principalmente de escravos. Um tipo de “mercadoria” que,

³⁵ Muçulmano que leva vida isolada e ascética, dedicando-se à meditação e ao ensino da prática religiosa. Cf. AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 295-296.

³⁶ *Apud* M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*. Tomo I (até o século XVIII). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009, p. 152.

graças aos butins de guerra, não conhecia escassez. Os que não ficavam no próprio reino, eram vendidos para as plantações ou para o serviço doméstico de senhores do Magreb, da Líbia, do Egito, da Turquia e das cidades mercantis italianas (Gênova, Nápoles e Veneza).

As cidades do Songai, principalmente aquelas que eram florescentes centros comerciais, possuíam uma numerosa população. Um censo realizado por alguns habitantes de Gao, que queriam saber se a sua cidade era mais populosa do que Cano, uma das cidades-estado hauçás que haviam sido anexadas pelo Askia Mohammed, apontou para a existência de uma população de 100.000 habitantes aproximadamente. É bem provável que tivessem exagerado nessa contagem, com o propósito de mostrar, aos habitantes de Cano que a sua cidade era mais populosa e relevante que a deles. Ainda que este “recenseamento” possa ser questionado, o número de habitantes devia ser mesmo grande. Quantas cidades européias, entre os séculos XV-XVI, chegavam a tal número de habitantes? Hobsbawn nos mostra que, por volta de 1789, apenas duas cidades européias podiam “ser chamadas de genuinamente grandes segundo os nossos padrões: Londres, com cerca de um milhão de habitantes, e Paris, com cerca de meio milhão”. Além delas, apenas uma vintena de cidades contava com uma população de 100 mil habitantes ou mais.³⁷

Além de populosas, muitas delas (Jena, Tombuctu, Walata e Gao) eram também centros dedicados aos estudos religiosos. Verdadeiras universidades, bancadas pelo mecenato dos príncipes, dedicavam-se ao desenvolvimento das letras (Língua Árabe, Retórica etc.) e ao estudo dos textos sagrados (Fontes da Lei, Exegese Alcorânica etc.). Inclusive, servindo de chamariz para estudiosos de outros lugares da África. Doutores e escritores célebres do Magreb atravessavam o deserto, debaixo de sol e tempestades de areia, para ministrar cursos aos sudaneses. E também para aprender um pouco mais com os sábios que moravam em Jena ou Tombuctu. Às trocas comerciais (onde a compra e venda de livros manuscritos era uma atividade constante e muito lucrativa) sucediam-se as trocas de conhecimento.

A ascendência dos sábios e pregadores sobre os fiéis era imensa. Os marabus, por exemplo, eram cumulados de favores pelos soberanos. Em que pese o fato deles viverem como eremitas, levando uma vida ascética e de renúncia a qualquer conforto urbano, seus familiares eram proprietários de vastos domínios e senhores de muitos escravos – o que nos faz lembrar os privilégios obtidos pelo clero católico na Europa medieval. Nestas terras, o controle do *askia* era muito mais nominal que real e, no plano econômico, simplesmente inexistia. Mas não procuremos por semelhanças entre um e

³⁷ HOBBSBAWM, Eric. J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 27.

outro. Em que pese a existência de tais similitudes, eram realidades distintas – senão no tempo, pelo menos no espaço.

No caso dos *cádis*,³⁸ que participavam do conselho real, sentando-se ao lado dos generais, até mesmo os *askias* e seus ministros curvavam-se, entre temerosos e reverentes, diante de seus sermões. Estes altivos sacerdotes, quando recebiam a visita tanto de um quanto dos outros, não se levantavam e sequer voltavam a cabeça para onde eles se encontravam, sem demonstrar nenhum sinal de deferência. Uma pessoa comum, ou mesmo alguém nobilitado, que tivesse tal comportamento diante do *askia*, encontraria certamente a morte. O cerimonial da sua corte exigia que todo visitante devesse se descobrir, prostrar-se e cobrir a cabeça de pó quando estivesse diante dele. Quando a pessoa merecia um tratamento especial, como no caso do comandante máximo do exército (*dyna-koy* ou *balama*), o pó era substituído por farinha. Mas as outras regras do cerimonial eram mantidas ao pé da letra.

Este império estendeu-se incólume até o ocaso do século XVI. Produzindo riquezas e despertando a cobiça dos vizinhos. Principalmente os do Magreb. Em 1591, o sultão do Marrocos iniciou uma dura campanha na tentativa de conquistá-lo. Para isso, contou com um amplo apoio dos europeus. De fato, dos 4.000 soldados que compunham as tropas invasoras, apenas 1.500 eram marroquinos. Sem contar que o comando das operações foi entregue a um eunuco espanhol, Djuder Pacha. O apoio dos europeus não era, obviamente, gratuito. E tinha a ver com a segurança das suas próprias fronteiras. Desde a fragorosa derrota dos portugueses, liderados por D. Sebastião, na batalha de Ksar el-Kebir (mais conhecida como Alcácer Quibir), em 1578, os europeus passaram a temer o poderio bélico dos marroquinos. Então, o desvio do seu vigor ofensivo para o Sudão revelava-se uma estratégia salutar.

Em que pese o fato dos invasores possuírem armas de fogo e até canhões, os songais resistiram obstinadamente ao assédio. Porém, depois de quatro anos de luta renhida, o seu último bastião de resistência ruiu diante do maior poder de fogo do inimigo. Com a conquista marroquina, a cidade de Gao perdeu o controle político da região. E uma atomização sócio-política tomou conta do vazio deixado pelo até então opulento reino. O Sudão entrou, assim, na dependência do Magreb. E em um lento processo de decadência. O frutuoso intercâmbio comercial que se realizava pelas rotas caravaneiras do Saara perdeu sua intensidade. A eclosão de fomes cíclicas e de epidemias, nos

³⁸ Magistrados muçulmanos, de caráter quase sacerdotal e de grande influência moral na sociedade. Na condição de representantes do califa, eles podem controlar o culto religioso, a polícia e, de modo geral, decidir sobre todas as questões que venham a ser julgadas pelo direito canônico – entre elas, o exercício da justiça. Suas decisões, neste sentido, são definitivas – não cabendo apelação ou recurso. Qualquer atitude em contrário, desde que seja tomada por uma autoridade maior – no caso, o califa – constitui benevolência pessoal, sem qualquer amparo jurídico. Cf. AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Op. cit., p. 77.

séculos XVI, XVII e XVIII, contribuiu sobremaneira para a sua estagnação. Como escreveu Ki-Zerbo: “*A partir daí, nada mais seria como dantes. Estava virada uma página para o Oeste africano*”.³⁹

5. Considerações finais

No início deste texto, falamos um pouco sobre o olhar estereotipado e etnocêntrico com o qual a historiografia ocidental encarou por muito tempo a África. A produção historiográfica que resultou deste tipo de olhar foi denominada por Carlos Lopes de Corrente da Inferioridade Africana. Contudo, o avanço da hermenêutica histórica mostrou que este paradigma é insustentável. Inclusive, para desconstruir este discurso e os seus efeitos deletérios, surgiu nos anos 1950 e 1960 uma escola revisionista, formada por historiadores africanos, que foi denominada pelo autor acima referido de Corrente da Superioridade Africana, ou da Pirâmide Invertida. Esta vertente teve sua origem em meio ao processo de descolonização, iniciado em meados do século XX, e o consequente surgimento das nações africanas. Para a elite intelectual dos novos países, novas histórias africanas necessitavam ser escritas – reinventando o que havia sido inventado pelos europeus, apagando as preconceituosas leituras europeias acerca da África.

Todavia, nessa cruzada de valorização da sua própria história, acabaram utilizando os mesmos conceitos e categorias (civilização, progresso, Estado etc.) que Hegel e outros pensadores se utilizaram no século anterior para afirmar que a África era um espaço a-histórico. Se os europeus afirmavam que a África Negra, anterior à chegada dos europeus, era desprovida de civilização, eles se valiam das descobertas arqueológicas e dos relatos de cronistas estrangeiros sobre os reinos do Gana, do Mali e do Songai, entre outros, com suas elaboradas formações sociais, para mostrar justamente o contrário. Chegaram mesmo a defender a hipótese de que todo o conhecimento construído pelos europeus foi, em última instância, um legado do Egito Antigo (visto aqui como um território negro e não como uma extensão da Ásia, como pensava Hegel), ou seja, um legado africano. Ao eurocentrismo da historiografia vigente no século XIX e meados do XX, eles responderam com o afrocentrismo.

Neste artigo, acompanhando de perto essa produção historiográfica de base africana, não deixamos de ver a África a partir de conceitos e categorias elaborados pelo Ocidente. Ainda temos uma dificuldade enorme para estudá-la sem recorrermos aos nossos filtros culturais. Não obstante, não foi nossa intenção inverter a pirâmide da historiografia africana. Nem de afirmar que a África Negra medieval viveu um estágio mais avançado em comparação com a Europa do mesmo período. Tampouco tivemos a preocupação de inscrevê-la como ponto de partida para explicar a História Universal, apesar de sabermos

³⁹ KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Op. cit., p. 256.

que o continente africano possui a mais longa historicidade do mundo (com uma história que se estende de 2,5 a 3,75 milhões de anos) e que foi seguramente, como assevera Joseph Ki-Zerbo (um dos historiadores, aqui amplamente citados e que podem ser incluídos nesta Corrente da Superioridade Africana), o berço e o teatro da antropogênese. O nosso propósito, como fizou explicitado nas páginas iniciais deste artigo, foi tão-somente mostrar que, para além dos limites da Europa, a Idade Média também comportou outros povos e reinos. E que muitos destes reinos (que se estendiam por um território amplo e eram dotados de uma hierarquia administrativa, fiscal e militar), passavam bem longe da barbárie ou do primitivismo preconizados por muitos estudiosos europeus do oitocentos. E nisso os historiadores da “pirâmide invertida” estão corretos.

Para finalizar, uma ressalva quanto aos documentos que narram a grandeza dos três reinos aqui estudados. Sabemos muito bem que os documentos, de qualquer tipo ou procedência, não são os depositários fiéis de uma pretensa verdade histórica. E que, portanto, eles devem ser olhados com muito criticismo. Os relatos que temos destes reinos são, majoritariamente, de origem arábico-muçulmana. De viajantes e mercadores, que atravessavam o Saara, com o fito de lucro ou em nome da ciência. Eram estrangeiros. Tendiam, pois, a retratar a realidade a partir de seus próprios códigos culturais. E, quando não se reconheciam no que viam, geralmente produziam relatos permeados de etnocentrismo e preconceito. Muitos destes viajantes e mercadores, que passaram pelos reinos africanos acima tratados, deixando-nos suas impressões por escrito acerca dos lugares visitados, conheciam outros lugares e cidades importantes, no Oriente Médio e na Espanha. Vinham, portanto, com uma idéia clara do que era uma grande cidade, um reino importante. E não sentiram estranhamento ao se deparar com as cidades e reinos africanos. Talvez, justamente por isso, devemos lhes dar certo crédito. Alguém, no entanto, pode objetar que os cronistas arábico-muçulmanos carregavam nas tintas para acentuar a importância do maometismo na formação e consolidação destes reinos. Em outras palavras, eles eram vistos como redutos de civilização por serem islamizados. Ou por estarem cercados de muçulmanos (como no caso do Gana). Outro alguém pode argumentar que um cronista como Al Bakri, por exemplo, nunca colocou os pés no Sudão.⁴⁰ É verdade. Ainda assim, não podemos desconsiderar os seus relatos. Mesmo com suas limitações (e qual o documento, antigo ou recente, que não as tem?), eles nos ajudam a perceber melhor a África que vicejava na Idade Média. Uma África que se perdeu na poeira do tempo. E que somente pode ser reconstituída, sempre de maneira

⁴⁰ Realmente, Al Bakri redigiu a sua obra (“As vias e os reinos”) a partir de informações que eram trazidas pelos mercadores (ao que, talvez, foram acrescentados os dados de pesquisas feitas em documentos sobre o Sudão, existentes em arquivos andaluzes). No entanto, mesmo sendo um compilador de diversos relatos orais, ele teve tirocínio suficiente para depurar o que havia de fantasioso neles e nos legar um texto mais enxuto e verossímil.

incompleta, problemática e incerta como adverte Pierre Nora, graças a estes e outros fragmentos do passado.